

JUSTIÇA

Sessenta e seis magistrados vão ganhar mais que o PM

“O impacto financeiro foi calculado” e “abrange 60 conselheiros e uma meia dúzia de desembargadores e procuradores-gerais adjuntos”, afirmou ontem, no Parlamento, a ministra da Justiça.

Francisca Van Dunem respondia a uma questão colocada pelo PSD sobre a proposta socialista – e do Executivo – de alteração aos estatutos dos magistrados judiciais e do Ministério Público que vai permitir que os magistrados no topo da carreira possam ganhar mais do que o primeiro-ministro.

A ministra frisou que “os tribunais não são propriamente a administração pública tradicional, são órgãos de soberania e não podemos tratá-los da mesma forma”, mas garantiu que não está a ser atribuída aos magistrados uma remuneração superior, mas apenas a corrigir uma situação, na medida em que os magistrados “têm a remuneração indexada a escalões, a índices e atualmente os magistrados do Supremo Tribunal de Justiça e os desembargadores com mais de 5 anos não estavam a ganhar segundo o índice que lhes competia”, sendo que tal acontecia por causa do teto salarial do primeiro-ministro.

A votação indiciária, na especialidade, das alterações ao estatuto que devia ficar terminada durante esta semana, foi adiada para depois das eleições, uma decisão que foi duramente criticada pelo deputado do BE, José Manuel Pureza.

O PSD também já disse que é contra. Por isso, o PS está a contar com o apoio do PCP e do CDS para conseguir fazer passar a sua proposta de estatuto dos magistrados no Parlamento, sendo que o CDS já disse que votará a favor desde que fique expresso que nunca será ultrapassado o valor do salário do Presidente da República, “o mais alto magistrado da nação”.

■ FILOMENA LANÇA